



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0005081-51.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Sandra Aparecida Casale**  
 Requerido: **Arthur Lundreen Tecidos Sa Casas Pernambucanas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Mesmo porque as partes, instadas a especificar provas, não solicitaram a abertura da fase instrutória com a colheita de prova oral.

Ingressando no mérito, sustenta a autora, primeiramente, que parcelou o débito da fatura com vencimento em 15.02 em 4 parcelas de R\$ 452,22, que foram pagas em 05.03, 05.04, 15.04 e 08.05, quitando o débito. Entretanto, ao conferir a fatura vencida em 15.03, verificou que a ré cobrou 'juros' de uma parcela de 452,22, que já havia sido paga em 05.03, portanto indevidos.

A prova dos autos não socorre a autora, porém.

A fatura do débito de origem venceu em 15.02.2018 (pág. 30) e não foi paga nem negociada de imediato, o que fez com que fossem lançados, em 06.03, na fatura respectiva (pág. 31) os *juros de mora e multa contratual* decorrentes do atraso.

Tais encargos incidem *automaticamente*, com o não pagamento da fatura.

O parcelamento, em realidade, só foi feito *após* o vencimento, portanto não teria o condão de eliminar os encargos *já aplicados* ao débito.

Ao menos é o que se extrai da fatura de pág. 30, na qual verifica-se que em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

05.03.2018 e em 06.03.2018 é que foram feitos os lançamentos referentes a essa renegociação, quais sejam, os créditos referentes ao refinanciamento, parcelamento de fatura, encargos (= juros remuneratórios) de financiamento, débito de IOF (incidente sobre a operação financeira).

Inexiste respaldo nas provas para se afirmar a ilegitimidade da cobrança dos juros questionados pela autora na presente demanda, emergindo das faturas que aportaram aos autos, justamente o contrário.

Sustenta a autora, em segundo lugar, que não reconhece as cobranças a título de prêmio do seguro, porque não teve a intenção de contratar seguro algum.

Os instrumentos contratuais de págs. 51/69 respaldariam, em tese, as cobranças.

Entretanto, em manifestações de págs. 1/2, 38, 45, 73, fica bastante claro que a autora não foi informada a respeito do que estava contratando.

Segundo o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, um dos direitos básicos do consumidor é ter "informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

Nesse sentido, o art. 46 do mesmo diploma especifica que "os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance".

Tendo em vista o exposto pela autora, inclusive a sua reação frente à cobrança dos prêmios de seguro, resulta claro que não foi respeitada a diretriz da legislação.

Ao menos não há qualquer prova nesse sentido de ter sido cumprido o dever de informação, inclusive prévia, para que a consumidor pudesse contratar de forma consciente e informada.

Ora, a decisão de pág. 39 inverteu o ônus da prova em desfavor da ré, de maneira



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

que cumpre a esta arcar com as consequências de sua desídia.

Consequentemente, todos os contratos de seguro devem ser declarados nulos, com a condenação da ré a restituir o que foi pago pela autora, embora na forma simples, pois não há prova de má-fé da fornecedora: AgRg no AgRg no AREsp 618411/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 24/06/2015; AgRg no AgRg no AREsp 600663/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015; AgRg no AREsp 439822/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 18/05/2015; AgRg no AREsp 460436/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015.

Julgo parcialmente procedente a ação para (a) declarar nulos todos os contratos de seguro celebrados entre as partes (b) condenar a ré na obrigação de restituir à autora todos os valores por ela desembolsados em razão e em cumprimento a esses contratos, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde cada desembolso, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação em relação aos pagamentos efetuados antes dessa data, e desde cada desembolso em relação aos pagamentos efetivados após a citação.

A presente sentença é líquida, pois a apuração do valor devido depende de mero cálculo aritmético. Para o cumprimento de sentença basta a autora instruir o pedido com cópia de cada fatura em que conste o lançamento da cobrança relativa ao seguro e de cada respectivo comprovante de pagamento.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55, Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 13 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**